



APENSADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Torna obrigatório a publicação anual, por parte de todos os órgãos da administração Direta e Indireta, das despesas realizadas com propaganda e publicidade.

DESPACHO:

16/08/2001 - (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.467, DE 2000)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

AO ARQUIVO, EM 24/09/01

REGIME DE TRAMITAÇÃO

ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS

COMISSÃO

INÍCIO

TÉRMINO

	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

PROJETO DE LEI Nº 5.094 DE 2001

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.094, DE 2001
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)



Torna obrigatório a publicação anual, por parte de todos os órgãos da administração Direta e Indireta, das despesas realizadas com propaganda e publicidade.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.467, DE 2000)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Toda produção ou veiculação de peças de propaganda e publicidade pagas pelos órgãos da Administração Federal Direta e Indireta, realizada através de agências de publicidade e os meios de comunicação seja escrita, falada e televisionada, obedecerá às prescrições desta lei.

Art. 2º Os órgãos enquadrados nas restrições do artigo primeiro publicarão, anualmente, no Diário Oficial da União e em jornais de grande circulação em seu âmbito de alcance, as despesas efetuadas no exercício concluído com a produção e veiculação de peças de propaganda e publicidade.

§1º A prestação de contas não poderá exceder o último dia do mês de janeiro subsequente ao exercício.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 3º Os custos com a produção e veiculação de propaganda e publicidade serão discriminadas especificando o montante despendido com cada agência ou profissional contratado.

Art. 4º A veiculação em órgãos particulares de comunicação observará as regras de licitação estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e legislação complementar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A proposição que ora apresento para apreciação, determina que toda a produção ou veiculação de peças de propaganda e publicidade paga por órgãos da Administração Federal Direta e Indireta, feita através de agência de publicidade e dos meios de comunicação de massa escritos, falados e televisivos tenha as suas despesas divulgadas em veículos de circulação expressiva.

A publicação das despesas com a produção e veiculação de peças de propaganda e publicidade é instrumento adicional de fiscalização, para que possamos evitar a discriminação política, exercida por parte do Executivo para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

atingir aqueles veículos de comunicação que não se subordinam a sua vontade e exercem seu direito de crítica.

Diante do exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente proposição.



Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2001.


Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO
PFL-RJ

PL ENÁRIO - RECEBIDO
14 08 01 15:30
pedro
Ponto 3250



DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTABELECE
DIRETRIZES PARA A REFORMA
ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 9º, § 2º, do Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966, decreta:

TÍTULO I
DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Art. 1º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República auxiliado pelos Ministros de Estado.

Art. 2º O Presidente da República e os Ministros de Estado exercem as atribuições de sua competência constitucional, legal e regulamentar, com o auxílio dos órgãos que compõem a administração federal.

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PL. 5094/01

Apense-se ao PL. 2467/00.
(Art. 24,II)
(Ordinária - Art. 151, III, RICD)

Em 16 / 08 / 01


AÉCIO NEVES
Presidente



Documento : PL.050942001 - 1